

O ensino pelos professores leigos em Fernando de Noronha (1981 à 1987)

Liliane dos Santos Gutierre¹

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Resumo: Nesta comunicação, apresento os resultados de uma pesquisa sobre o ensino na Unidade Integrada de Ensino de 1º grau (UIE), no então Território de Fernando de Noronha, na década de 1980, apontando para as práticas e para a formação em serviço de professores leigos. Para tanto, busquei respaldo em pressupostos teóricos da História Cultural, no diálogo com fontes orais e escritas, a fim de reconstituir historicamente o cenário e educacional da UIE e dos professores leigos em Fernando de Noronha, recuperando sua formação e suas práticas no ato de ensinar. Para a análise das fontes, lancei mão do método de triangulação que me indicaram divergências, convergências e singularidades. Minha análise revelou que os momentos significativos para o professor leigo, foram: o Projeto Esmeralda; a carreira profissional obtida (para quem não era militar) a partir da redistribuição da UIE para uma instituição federal do Brasil, no momento que a ilha foi incorporada à Pernambuco e a satisfação pessoal de dever cumprido, no que se refere à formação dos seus filhos e a construção da identidade dos mesmos. Enfim, aponto o Projeto Esmeralda como *divisor de águas* no ensino da UIE, no Território de Fernando de Noronha, na década de 1980.

Palavras-chave: Professores leigos. Fernando de Noronha. Projeto Esmeralda. Ensino. Matemática.

INTRODUÇÃO

Nesta comunicação, apresento os resultados da pesquisa que desenvolvi, durante o meu estágio pós-doutoral, realizado no período de 29 de outubro de 2014 a 25 de agosto de 2015, junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, de Rio Claro/SP (UNESP-Rio Claro), sob supervisão da Professora Dr^a Arlete de Jesus Brito. O objetivo geral da referida pesquisa foi elaborar um registro histórico sobre o ensino na Unidade Integrada de Ensino de 1º grau, única escola na época, que havia no então Território de Fernando de Noronha, na década de 1980, apontando para as práticas e para a formação em serviço desses professores leigos.

Como referencial teórico e metodológico de pesquisa, busquei respaldo na História Cultural, a fim de tornar possível a reconstituição histórica do cenário educacional da única instituição de ensino que havia em Fernando de Noronha, na década de 1980. Nesse tecer, lancei mão de fontes escritas e dos procedimentos utilizados por aqueles que usam a História Oral como metodologia de pesquisa – entrevista e transcrição da entrevista; retorno do material produzido na entrevista aos depoentes; assinatura de carta de cessão do entrevistado, para não só publicar a entrevista propriamente dita, mas também seus reais nomes.

Por fim, para análise dos dados, organizei, de forma sistemática, as transcrições das entrevistas e os demais documentos que foram acumulados no decorrer da pesquisa, de modo a prolongar minhas reflexões, retornando aos fundamentos teóricos, realizando a organização

¹ Professora Dra do Departamento de Matemática e do PPGE/CNM da UFRN. E-mail: lilianegutierre@gmail.com

do *corpus*, lançando mão do método da triangulação, utilizado por Brito (2008), a partir do momento que as fontes orais e escritas, após seriadas e classificadas, possibilitaram-me observar regularidades, analisar discursos, indicar distanciamentos ou não entre documentos e narrações.

SOBRE O REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO DA PESQUISA

A consolidação desse estudo ocorreu por meio da História Cultural, a partir das minhas reflexões, no diálogo com fontes orais, escritas e com outros autores que abordam temas próximos do tratado aqui. Para Burke (2005), nessa perspectiva, historiadores se aproximaram da visão de cultura dos antropólogos, pois a palavra “cultura” sugere uma ênfase em mentalidades, suposições e sentimentos.

Assim como Halbwachs (2006), entendo que o passado se reconstrói a luz dos significados do presente, por isso, as memórias dos depoentes foram expressas a partir do ponto de vista de cada um, dependendo das suas lembranças, afinal “nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos”. (HALBWACHS, 2006, p.30).

As primeiras memórias sobre o tema pesquisado emergiram em conversa informal com dois amigos de longa data, os senhores João Gonçalves de Oliveira e Gerlúcia Vieira Madruga de Oliveira. Por meio deles, soube da existência de professores leigos na escola da ilha, na década de 1980, bem como as experiências de vida profissional das esposas dos comandantes-governadores, dos militares e das esposas desses militares que lá ensinavam, independente da formação profissional desses cidadãos.

Com isso defini analisar as práticas e a formação em serviço desses professores leigos, apoiando-me na teoria de Chartier (1990), quando o autor nos remete as práticas culturais, dizendo que estas inscrevem, em suas estruturas, os recortes socialmente enraizados em determinados momentos históricos. Nesse sentido, considerando o ensino pelos professores leigos como uma prática social, culturalmente constituída, compreendi as práticas diferenciadas destes, ressaltando os mais variados modos de interpretá-las.

Os senhores João e Gerlúcia me concederam uma entrevista em 04 de maio de 2013, à noite, na residência deles, em Recife/PE. Para escolha dos demais depoentes, lancei mão do critério de rede (GARNICA; FERNANDES; SILVA, 2011), uma vez que os nomes de alguns colaboradores foram surgindo após a realização da referida entrevista. A saber: José Geraldo Antunes de Oliveira, Maria da Conceição Jácome de Oliveira, Claudia Maria Pereira dos Santos, Cleide Maria Pereira dos Santos, Marieta Borges Lins e Silva, Zélia Melquíades de Souza, Luciene William Barros do Nascimento, Massilde Martins da Costa, Antônia Vaniza Silva Gomes, José William do Nascimento, José Ricardo Paes Barreto, Yara Maria Leal Heliodoro.

Destaco que foi utilizada a entrevista semiestruturada (LAVILLE; DIONNE, 1999) me possibilitou constituir documentos a partir de fontes orais relacionados a formação e às práticas dos professores leigos da UIE. Por isso, durante a entrevista, ouvi, atenta, a tudo que era dito. (GARNICA, 2006). Ainda em busca de informações acerca do ensino na ilha, na década de 1980, fui até o Arquivo Público Estadual João Emerenciano, localizado no Bairro de São José em Recife/PE. Neste, consegui alguns documentos, entre eles, relatórios do Projeto Esmeralda, que deram fortes subsídios aos resultados dessa pesquisa, além de excertos de reportagens do Jornal do Comércio (1959a; 1959b) e do Diário de Pernambuco (1962a; 1962b). Os documentos citados foram entendidos na perspectiva da História Cultural, quando os considerei como monumentos (LE GOFF, 1996), como construção, pois entendo que o passado não se reconstrói no presente. Ele permanece no presente, por meio de fontes como as que obtive com os depoentes e no arquivo público estadual João Emerenciano. Sobre isso, Foucault (1987, p. 7) diz que a tarefa do historiador na constituição do documento não seria “interpretá-lo, não determinar se diz a verdade, nem qual é o seu valor expressivo, mas sim trabalhá-lo no interior e elaborá-lo”. (FOUCAULT, 1987, p. 7).

Nesse sentido, entendi o passado como uma representação e busquei interpretar tanto o que cada um dos nossos depoentes fez nos momentos em que viveu na UIE, quanto às formas como cada um interpretou e deu sentido às suas vivências.

Para análise, usei o método de triangulação de fontes, que me indicaram divergências e convergências entre esses documentos, embora não deixasse também de buscar “nos aindaimos pingentes e oscilantes da teoria” a construção do meu objeto, regatando “a noção de singularidade na teoria histórica” e a singularidade do que tomei por objeto de estudo. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 254).

A ILHA, A UIE E O PROJETO ESMERALDA

A ilha recebeu o título de Território Federal Militar Fernando de Noronha, por meio de Decreto, em 09 de fevereiro de 1942, durante a II Guerra Mundial. Nesta mesma época, criou-se o Destacamento Misto de Guerra e a segunda pista de pouso. Foi Território até a Constituição Federal de 1988 reintegrá-lo ao Estado de Pernambuco, na condição de distrito estadual, comandado por um administrador, indicado pelo Governo do Estado. Posteriormente, em dezembro de 2001, o arquipélago foi tombado pela UNESCO e foi inscrito na lista de Patrimônio Mundial como Sítio do Patrimônio Mundial Natural (CONDEPE/FIDEM, [s.d]). Embora sua administração tenha passado por diferentes órgãos e instituições governamentais, Fernando de Noronha, desde 1950, encontrava-se regida pelas instâncias militares que administravam a ilha para os brasileiros.

Na conjectura política mundial desse momento em que se vivia a Guerra Fria, a ilha de Fernando de Noronha, passava a ser vista como um lugar estratégico “em face de possível disputa do domínio de navegação marítima no atlântico pelos blocos em oposição [no caso, os comunistas e os capitalistas]” (NASCIMENTO, 2009, p. 111). Assim, cabia à ilha ser o palco ou o trampolim, entre os norte-americanos e os soviéticos, sujeitando-se, por exemplo, a

receber por isso, como contrapartida das forças militares norte-americanas, a promessa que a Base de Teleguiados de Fernando de Noronha seria do Brasil.

Contudo, dentro desse ambiente insular, o clima frio de uma guerra de escalas internacionais, juntamente com o período da ditadura militar brasileira, pareceu-me não ser tão fácil de ser percebido, já que o isolamento submetido aos que lá residiam e aos que lá pretendiam residir (como militares da Aeronáutica) engendrava um certo *quê* de esquecimento do mundo existente além da ilha.

Por um momento, em nossas entrevistas, nos pareceu que os insulanos não percebiam a ilha como “um lugar vulnerável, em meio ao Atlântico, [...]. Um espaço isolado, estrategicamente posicionado para atrair as atenções de uma guerra mundial, que poderia pôr em risco o Brasil continental, caso fosse ocupado” (SILVA, 2013, p. 190).

Vale dizer que na década de 1980, ir para Fernando de Noronha em busca de melhores salários ou de uma gratificação mensal a mais em seus salários era uma oportunidade aos militares da aeronáutica. O senhor João Gonçalves de Oliveira, um dos nossos entrevistados, atualmente militar aposentado da Aeronáutica, que foi um dos professores leigos, em Fernando de Noronha, narra que alguns militares, colegas seus, pensavam que ir trabalhar na ilha era “para ficar rico. Ficar rico por causa de uma gratificação de 20%, 30%? Não era... o caminho não era esse, mas eles afirmavam isso...” (JOÃO GONÇALVES DE OLIVEIRA. Depoimento oral em 04/05/2013). O entrevistado afirma ainda que também foi para ilha de “livre e espontânea vontade”, inclusive solicitando ao comando o seu desejo, mas não com a expectativa de ficar rico e sim de ter um pouco mais de ganho salarial: “eu queria ir, eu já havia pedido para se tivesse oportunidade de ir para Noronha, então eu já havia pedido, até por causa da gratificação, e apareceu a oportunidade e eu fui para Noronha, com toda a família, na época”. (JOÃO GONÇALVES DE OLIVEIRA. Depoimento oral em 04/05/2013).

Outro depoente, o senhor José Geraldo Antunes de Oliveira, também militar da aeronáutica, nos explica os motivos que o levaram a pedir transferência da cidade do Natal/RN para Fernando de Noronha, em 1984: “A ideia inicial de ir a Noronha era um sonho de criança, [...]eu ouvia falar de Noronha e o meu sonho era conhecer, em 84 surgiu a oportunidade de ir à Noronha.” (JOSÉ GERALDO ANTUNES DE OLIVEIRA. Depoimento oral em 06/06/2015).

Entendo na fala dos senhores João Gonçalves e José Antunes que o motivo de ir para ilha não estava relacionado à ocupação militar da mesma, pois o que importava, naquele momento, para eles, era o desejo de conhecer Fernando de Noronha ou de melhorar seu salário. Perguntei aos senhores supracitados e a suas respectivas esposas, se tinham conhecimentos acerca do ensino para seus filhos, crianças, na época, em Fernando de Noronha, antes mesmo de partirem de Recife/PE ou Natal/RN, cidade em que residiam, e obtive respostas diferentes. O senhor José Antunes me disse que devido a sua imensa vontade de viver em Noronha, garantiu que poderia atender aos estudos dos filhos pelo fato de ele e sua esposa terem feito faculdade, afirmando: “então a carência que houvesse lá [ele refere-se ao ensino de seus filhos] a gente podia de certa forma cobrir” (JOSÉ GERALDO ANTUNES DE OLIVEIRA. Depoimento oral em 06/06/2015).

Por outro lado, seu João Gonçalves disse:

Não! Desconhecia totalmente, essa parte de ensino. A gente não tinha conhecimento de nada, e outra coisa, para a escola você era o professor. No nosso caso [ele se refere aos militares], os colegas que lá estavam como professores, se fossem transferidos, eles iam embora, a escola não tinha prioridade [...] se, um outro colega não se prontificasse, [...] as crianças ficavam sem a aula, a gente tinha que chegar junto se não a meninada ficava... (JOÃO GONÇALVES DE OLIVEIRA. Depoimento oral em 04/05/2013).

Os dois depoimentos anteriores me levaram a conjecturar que entre os anos de 1980 e 1984 houve maior acesso sobre informações acerca do ensino da UIE, uma vez que o senhor João foi para Noronha antes do senhor José. Vale dizer que, segundo Silva (2013, p. 271), uma dificuldade sempre enfrentada pelos militares, na ilha, foi a contratação de professores, em todos os níveis. Sobre isso, a autora nos diz: “Ao sabor da chegada de pessoas formadas, esposas ou filhas dos militares que vinham servir na ilha, essa dificuldade até poderia ser contornada”. (SILVA, 2013, p. 271).

Em Fernando de Noronha, o comando da aeronáutica, a partir de 1982, estabelecia que o militar e sua esposa (se fosse casado) ao chegarem à ilha, além de cumprir suas funções de militar, iria também assumir a docência, junto com ela, pelo fato de não haver, quantitativamente falando, pessoas habilitadas ou não para tal. Sobre isso, como falamos anteriormente, Seu João Gonçalves já nos apontava, quando nos disse que se não fossem eles, as crianças da UIE ficariam sem aulas.

O senhor Antunes complementa: “se eles [ele refere-se ao comando da Aeronáutica] tivessem que escolher um casal que os dois fossem lecionar e o outro casal que só um fosse, eles dariam preferência pelos dois, por que iriam somar [ele refere-se à UIE]”. (JOSÉ GERALDO ANTUNES DE OLIVEIRA. Depoimento oral em 06/06/2015).

Percebemos pelos depoimentos, que programas de formação de professores não chegavam à ilha. Conversas sobre questões pedagógicas passaram a existir somente durante a atuação da Aeronáutica (1981-1986), segundo nos relata a senhora Gerlúcia:

A Aeronáutica colocou na escola uma pessoa que tinha formação. Foi quando passamos a ter uma pessoa com a formação em Educação, tinha alguma coisa com Educação, tinha outra que era Psicóloga, que foi também trabalhar na escola, que era esposa do militar que também foi trabalhar na escola, agora tinha! Veio também a Conceição² que tinha parte com Educação. Essas pessoas tinham mais conhecimentos, para, pelo menos, nos ajudar! Por exemplo: passamos a fazer plano de aula! (GERLÚCIA VIEIRA MADRUGA DE OLIVEIRA. Depoimento oral 04/05/2013).

² Dona Gerlúcia refere-se a nossa depoente Maria da Conceição Jácome de Oliveira.

Os programas para a formação dos professores que chegaram até Fernando de Noronha, na década de 1980, foram o Logos³ e o Projeto Esmeralda. Entretanto, foi por meio do Projeto Esmeralda que os depoentes citaram “acontecimentos-charneira” em sua formação na ilha, ou seja, momentos que “representam uma passagem entre duas etapas de vida, um ‘divisor de águas’” (JOSSO, 2004, p. 64). Eis alguns dos depoimentos acerca do Projeto Esmeralda:

A Universidade chegou até nós, foi quando apareceu o Projeto Esmeralda. Este era para, justamente dar apoio de reciclagem, alguma coisa assim, para os professores de Noronha, entendeu? [...]. Esse projeto durou mais de dois anos. [...]. Palestras, por exemplo, a gente teve palestras, eu nunca tinha escutado falar sobre Piaget, entendi porque foi um professor, para falar, e falou bem falado, teve várias palestras, assim de temas acerca da educação. [...]. Aconteceram várias palestras, diversos temas, era como se fosse para reciclar mesmo. [...]. Olha, eles cobravam muito do pessoal, eles diziam assim: “- se você é da escola, tem que vestir a camisa mesmo...”. [...] Nos dias dos cursos a direção suspendia a aula, dava apoio, normalmente pegavam mais final de semana, até porque o pessoal que ia já pegava mais quinta, sexta. (GERLÚCIA VIEIRA MADRUGA DE OLIVEIRA. Depoimento oral em 04/05/2013).

Dona Conceição assim narrou:

Mas aí foi quando veio o projeto Esmeralda e houve uma reunião com a gente, graças a Deus que o projeto Esmeralda atuou o ano inteiro na ilha. Foi fantástico! O trabalho deles foi muito bonito, além do ensino ter tido um impulso muito grande, muito grande mesmo, melhorou muito mesmo. [...]. Eles também instruíam as meninas que não eram professoras. Filhas da ilha. Não eram professoras, não tinham formação. [...]. O que aprendíamos no projeto, já usava em sala de aula, para mostrar a gente como é que era, na prática, com os alunos também. Era fantástico o projeto Esmeralda. Toda equipe maravilhosa.[...]. Abriu os caminhos, assim... [...]. A iluminar a mente da gente pra melhor, melhorar, e houve melhoras. (MARIA DA CONCEIÇÃO JÁCOME DE OLIVEIRA. Depoimento oral em 06/06/2015).

O Projeto Esmeralda foi um projeto de apoio educacional ao Território de Fernando de Noronha, formado por uma equipe interdisciplinar de técnicos de nível superior, pertencentes aos órgãos federal, estadual e municipal. Criado em 1983, tinha como objetivos desenvolver e atualizar o sistema educacional junto à Unidade Integrada de Ensino, dando complementação de conteúdo programático a todas as áreas, além de elaborar um esquema didático-pedagógico e fazer um acompanhamento pedagógico, psicológico e social. Foi aprovado pela Comissão Diretora, em 25 de abril de 1984 e pela Pró-Reitoria para Assuntos

³ Na entrevista, os depoentes não se referiram ao Projeto Logos ser o I ou o II. No entanto, consideramos ter sido o Projeto Logos II por ter sido deliberado em junho de 1979, conforme nos informa Gouveia (2014).

Comunitários da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em 11 de junho de 1984. (CAVALCANTE; SILVA FILHO; ALVES, 1984).

Vale dizer que o olhar para o professor leigo em Fernando de Noronha se deu a partir de projetos sociais que os professores do Departamento de Letras tinham para com os professores das cidades do interior de Pernambuco. Assim, José Ricardo, coordenador do Projeto, nos fala:

Em primeiro lugar, na universidade, no Centro de Artes e Comunicação, Departamento de Letras, nós tínhamos um núcleo, o NUPEC, Núcleo de Programas Educacionais e Culturais, onde a gente fazia um trabalho com as cidades do interior, nós trabalhávamos muito pouco com a capital. Era o objetivo do trabalho, ele era um corpo social. Ele atendia aquela população que tinha mais dificuldades. Então nós fazíamos seminários de extensão. Foi quando pensamos em trabalhar com tudo ligado às Universidades. Garanhuns, e assim por diante, era sempre ligado às faculdades, às faculdades de formação de professores. Pensamos em trabalhar com o ensino fundamental. Começou, então...vamos trabalhar com o leigo, mas pensou com o leigo, entenda, através dos seminários que fazíamos no interior, que, na época, aparecia muito professor leigo, mas aparecia, um professor naquela escola, outro professor na outra escola, não um aglomerado de professores. E Fernando de Noronha, que é uma coisa transitória, como é que fica esse professorado? (JOSÉ RICARDO PAES BARRETO. Depoimento oral em 14 de julho de 2015).

Essa pesquisa mostrou que, naquele momento, os que faziam educação no Território eram, na sua maioria, os militares da Aeronáutica e suas esposas, que, por sua vez não tinham o desejo, como vimos em seus depoimentos⁴, de permanecerem na ilha, daí “o constante deslocamento da população militar”, pois estar professor para eles era algo provisório, conforme nos diz Brandão (1986, *apud* EVANGELISTA; GOUVEIA, 2014, p.215) sobre o professor leigo de dupla instabilidade, que exerce “o magistério provisoriamente em lugar de outra pessoa”.

Além disso, como apontei anteriormente, o fato de serem convocados a lecionarem, criaram para eles “um espaço de jogo para maneiras de utilizar a ordem imposta do lugar” e sem sair deste, viveram a lei que lhe impuseram com criatividade, tirando desta imposição feita, “efeitos imprevistos” (CERTEAU, 2014, p. 87).

Inferi que o Projeto Esmeralda foi trabalhado na perspectiva de atender as necessidades da comunidade insular, quando foram apontados os problemas investigados em Noronha, pelo professor/coordenador José Ricardo, para que pudessem atender as reais necessidades na UIE, definidas pelos que lá atuavam.

Destaco que houve por parte dos proponentes do projeto uma preocupação voltada o ensino de Matemática, uma vez que foram oferecidos cursos de Matemática. Uma das instrutoras desses cursos foi a professora Yara Maria Leal Heliodoro. Um dos Cursos de

⁴ Aqui nos referimos aos depoentes dessa pesquisa.

Matemática tinha como objetivo geral possibilitar aos professores o conhecimento e vivência de métodos e técnicas aplicáveis no ensino de Matemática. Foram trabalhados análise dos perfis de saída dos alunos por série (4h); fases do ensino-aprendizagem (4h); técnicas operatórias (6h), resolução de problemas (4h); jogos no ensino da Matemática (3h), tendências atuais do ensino da Matemática (2h); atividades de fixação (3h); material didático (4h). Os objetivos específicos eram: (1) analisar conteúdos mínimos de 1ª a 4ª série; (2) identificar as fases do ensino-aprendizagem das operações fundamentais; (3) vivenciar as técnicas operatórias; (4) proporcionar estudo sobre considerações importantes na resolução de problemas; (5) vivenciar jogos no ensino de Matemática; (6) identificar tendências atuais do ensino da Matemática; (7) elaborar ‘ciclos didáticos’; (8) construir ‘baterias’ de exercícios; (9) confeccionar material didático.

Sobre a metodologia do ensino de Matemática, nomeada nos planos de Curso do Projeto Esmeralda de “modos operacionais” vi uma preocupação daqueles que ensinaram Matemática, no Projeto, em disponibilizar e instrumentalizar os professores leigos a utilizarem outras maneiras para ensinar Matemática, diferentes da aula puramente expositiva ou da aula baseada somente no livro didático. O planejamento para as aulas de Matemática indicava o uso de vários materiais didáticos, entre eles flanelógrafo, Quadro Valor de Lugar (QVL), álbum seriado, jogos.

Percebi, então, que os professores convidados para lecionar nas aulas do Projeto Esmeralda – os instrutores – voltavam-se ao uso do material didático e aos recursos visuais, até porque, o “método da descoberta” estava muito presente nas ações dos instrutores, uma vez que entendo ter feito parte da sua formação acadêmica, além desse ideário empírico-ativista ser retomado, no Brasil, diante diversos questionamentos feitos em relação ao fracasso do Movimento da Matemática Moderna e ao uso de materiais manipulativos. Desse modo, cabia aos partidários da Tendência Empírico-Ativista (Fiorentini, 1995), motivar seus alunos a manipular, experimentar sejam materiais manipulativos ou jogos ou qualquer outra atividade lúdica ou experimental, pois assim de fato compreenderiam e aprenderiam o conteúdo matemático. Esta era a essência do método. Entendia-se, portanto, que pela espontaneidade do aluno e não por seu intelecto, o professor empirista buscava atender a sua natureza, sendo o aluno o centro desse processo (FIORENTINI, 1995).

As palavras da professora Yara Maria Leal Heliodoro vão ao encontro do exposto até aqui, quando ela nos diz que “a preocupação era como ensinar, então, havia muita preocupação com o conteúdo, com o **material**, com a confecção de **material didático**. E eu acho que naquele momento eu era meio **empirista**, devido até a minha formação.” (YARA MARIA LEAL HELIODORO. Depoimento oral em 13/07/2015. Grifos nossos).

Yara Leal me remete ainda ao que está posto no plano de curso de Matemática, sobre o uso de material concreto, sobre o uso do QVL, dizendo-me que trabalhava com:

material manipulativo, principalmente para as operações. E mais, quadro valor de lugar, algumas pessoas chamavam quadro de pregas. Eu levava um grande, e as professoras faziam uns pequenininhos, isso era bem

interessante; como nós trabalhávamos, produzindo material. (YARA MARIA LEAL HELIODORO. Depoimento oral em 13/07/2015).

Por outro lado, é preciso destacar que, nesse período, os professores não leigos na ilha, a exemplo da professora Cleide, também traziam consigo, de sua formação fora do ambiente insular, práticas de ensino diferenciadas daqueles professores que estavam na UIE, sendo assessorados, exclusivamente, pelas ações advindas do Projeto Esmeralda. Ela diz que passou a “trabalhar também com sucatas, passei a utilizar tampinhas de garrafas, palito de picolé, caixa de fósforos. [...] Tudo que eu aprendi no magistério! Por que em Noronha nessa época, não tinha”. (CLEIDE MARIA PEREIRA DOS SANTOS. Depoimento oral em 19/06/2015). No depoimento da professora Cleide, percebi o quanto a tendência construtivista, assim categorizada⁵ por Fiorentini (1995) estava presente nas ações da professora, cuja formação foi obtida durante o curso do Magistério, em Recife/PE.

Vale dizer que no Projeto Esmeralda também estavam presentes objetivos voltados à formação de uma consciência ecológica e de valorização do espaço vivido pelos insulanos (BARRETO; SILVA; SETE, 1987). Ações dessa natureza, advindas de professores ou não, mas de pessoas que conviviam com a realidade dos ilhéus, me remeteram a Dalcin, Silva e Santos (2012, p.94) quando os autores nos dizem que “o saber proveniente da experiência é infinito, particular, subjetivo, relativo e pessoal, não sendo possível separá-lo do docente que o ‘encarna’ e ainda, é a experiência que ensina a ‘viver humanamente’”.

A fim de finalizar essa parte e apresentar as (in)conclusões da pesquisa, ressalto que atividades de natureza competitiva também eram realizadas a UEI, como, por exemplo, a premiação aos melhores alunos, no que se às melhores notas: “éramos incentivados à competição e a comparação com os outros colegas através das notas, pois o aluno que tivesse as melhores notas seria condecorado com uma medalha”. (COSTA, 2012, p. 22). Havia também a festa de formatura, seja na conclusão do 1º grau ou na conclusão do período de alfabetização:

Eu concluí minha oitava série com todas aquelas pompas, aquelas premiações, que lá a gente recebia premiação - os primeiros - o primeiro, o segundo e o terceiro aluno que tirasse as melhores notas da escola, que era uma competição cerrada, ganhava prêmio, ganhava viagem para ir para outras cidades. (CLEIDE MARIA PEREIRA DOS SANTOS. Depoimento oral em 19/06/2015).

Ambos os depoimentos nos levam ao que Foucault (2014) nomeou de “os recursos para o bom adestramento” (FOUCAULT, 2014, p. 167). O autor nos leva a refletir sobre a classificação que pune, dizendo-nos que deve ser extinguida para valoramos as recompensas a

⁵ Embora já tenhamos apresentado a tendência empírico-ativista, também categorizada por Fiorentini (1995), vale dizer que em seu artigo, com objetivo de explicitar e descrever alguns modos e ver e conceber o ensino de Matemática, o autor nos apresenta seis categorias, a partir da forma de como o professor concebe a relação professor-aluno e também da forma de como o professor vê e entende a Matemática, o que, para ele, traz fortes implicações no modo como este ensina. (FIORENTINI, 1995).

serem dadas aos “preguiçosos mais incitados pelo desejo de ser recompensados como diligentes que pelo receio dos castigos” (DEMIA *apud* FOUCAULT, 2014, p. 177). Vale dizer que ao professor da UIE também eram realizadas cerimônias para entrega de certificados, em especial, ao final dos cursos proporcionados pelo Projeto Esmeralda.

(IN)CONCLUSÕES

Apresento as conclusões do estudo levado a efeito sobre a formação dos professores leigos e o ensino, em especial da Matemática, na ilha Fernando de Noronha, nos idos de 1981 a 1987. Após inter-relacionar as fontes escritas e orais, a análise da implementação da proposta metodológica permitiu ressaltar, pelo menos três momentos significativos para o professor leigo, no então Território de Fernando de Noronha: (1) a formação por meio do Projeto Esmeralda, executado nos anos de 1984 a 1987; (2) a carreira profissional obtida (para quem não era militar) a partir da redistribuição da UIE para uma instituição federal do Brasil, no momento que a ilha foi incorporada à Pernambuco e (3) a satisfação pessoal de dever cumprido no que se refere à formação dos seus filhos e a construção da identidade dos mesmos.

Em relação ao Projeto Esmeralda, afirmo que reformas metodológicas e curriculares aconteceram, efetivamente, na UIE, uma vez que possibilitou estudos sistemáticos e contínuos aos professores leigos, por quatro anos consecutivos – 1984, 1985, 1986, 1987 - sob a coordenação do professor José Ricardo Paes Barreto do Departamento de Letras da Universidade Federal de Pernambuco.

No tocante ao ensino de Matemática, a professora Yara Maria Leal Heliodora, convidada pelo coordenador do Curso, proporciona aos professores da UIE, um ensino voltado ao Método da Descoberta, que foi muito difundido nas décadas de 1960 e 1970 em todo o país, dentro de uma tendência Empírico-Ativista (FIORENTINI, 1995), que emergiu no seio do movimento escolanovista (SAVIANI, 2002). Por outro lado, a professora Cleide Maria Ferreira dos Santos, que possuía o Curso de Magistério, em uma tendência construtivista (FIORENTINI, 1995), proporciona o conhecimento matemático ao aluno, a partir da ação interativa deste como meio, lançando mão, inclusive, de materiais concretos feitos de sucata, em sua prática pedagógica.

O Projeto Esmeralda foi, portanto, um “momento charneira” (JOSSO, 2004), um “divisor de águas”, no que se refere a aprender e ensinar do professor leigo, ultrapassando os limites da sala de aula, inclusive, quando, professores leigos, como Dona Gerlúcia, depoente, passa a fazer parte da equipe de elaboração, na área de Comunicação e Expressão, do currículo experimental para a UIE.

A análise também mostrou que a experiência e sensação dos professores leigos - esposas dos militares, militares e moradores da ilha, nascidos ou não lá – no tocante a arte do educar foi sendo vivenciada com afincamento e dedicação, independente das relações de poder existentes, evidenciando, inclusive em alguns deles o desejo de ser professor e buscar, nessa profissão, sua realização pessoal, como foi o caso de Vaniza e de Massilde, nossas depoentes.

Em tese, a formação do professor leigo em Fernando de Noronha, na década de 1980, se deu financiado pela Aeronáutica e pela execução do Projeto Esmeralda, capacitando os professores na ilha, que foi coordenado pelo professor do Departamento de Letras da UFPE, José Ricardo Paes Barreto.

Outro momento que julgo ter sido significativo para o professor leigo, no então Território de Fernando de Noronha, acontece quando à ilha é incorporada à Pernambuco e os funcionários da UIE são convidados a serem redistribuídos para qualquer outro serviço público federal. Muitos deles fizeram dessa oportunidade sua carreira, de modo que hoje se encontram aposentados e com bons salários.

Por último, evidencio nessa trajetória de pesquisa a satisfação pessoal de dever cumprido, no que se refere à formação dos filhos dos militares e suas esposas, que, de forma voluntária, iam a Noronha e teriam que ser, em alguns casos, professores dos seus próprios filhos, além de colegas de trabalho. Por meio dos depoentes militares e suas esposas constatei que seus filhos, atualmente, possuem graduação e/ou pós-graduação. Alguns são nacionalmente reconhecidos, em função da profissão que exercem e todos eles foram alunos da UIE. Para mim, independentemente do mérito que cada um deles possuiu, ao galgarem suas conquistas profissionais, aceitaram herdar, na concepção de Bourdieu (2014), o lugar profissional reconhecido que o pai possuiu. Vale dizer que essa pesquisa possibilitou o reencontro entre os depoentes, seja virtualmente, seja por uma fala ao telefone ou até presencialmente.

O desvelamento do problema de pesquisa aqui proposto, suscitou uma série de questões, que podem ser investigadas, ainda por mim, pelos meus alunos de mestrado e de iniciação científica, de modo que projetos de pesquisa já podem ser elaborados à luz dessas.

Por conseguinte, (re)constitui parte de uma realidade até então desconhecida, não historiada, que merecia ter sido olhada e contada, no mínimo, por aqueles que estudam a História da Educação Matemática nesse país.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. **História: a arte de inventar o passado**. Ensaios de teoria da História. Bauru, SP: EDUSC, 2007.

BARRETO, José Ricardo Paes; SILVA, Maria José (Marieta) Borges Lins; SETE, Nilza Maria Nunes. **Relatório Projeto Esmeralda**. Recife, 1987.

BOURDIEU, P. **Escritos da Educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BRITO, A. J. A USAID e o Ensino de Matemática no Rio Grande do Norte. **Bolema**, Rio Claro (SP), ano 21, n. 30, p. 1-25. 2008,

BURKE, P. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CAVALCANTE, Eliane; SILVA FILHO, José Francisco da; ALVES, Maria de Jesus Costa. **Relatório do Projeto Esmeralda**. Recife, 1984.

- CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2014.
- CHARTIER, R. **A História Cultural: entre prática e representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990.
- CONDEPE/FIDEM. **Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco**. Recife. [s.d].
- COSTA, M. M. **Ludopoiese e Humanescência no educador infantil**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.
- DALCIN, A.; SILVA, A. A.; SANTOS, V. M. P. (Orgs.). **Memórias do Curso de Licenciatura em Matemática da Unemat de Barra dos Bugres**. Cuiabá: KCM Editora, 2012.
- EVANGELISTA, C. J.; GOUVEIA, C. T. G. A formação de professores leigos: um olhar para os periódicos. In: BRITO, A. J.; FARIAS, K. S. C. S.; MIORIM, M. Â. (Orgs.). **Pesquisas históricas em jornais e revistas: produções do HIFEM**. São Paulo: Editora da Física, 2014.
- FIorentini, D. Alguns modos de ver e conceber o ensino da Matemática no Brasil. **Zetetiké**, Campinas, SP, v.3, n. 4, nov. 1995.
- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1987.
- _____, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2014.
- GARNICA, A. V. M. História Oral e Educação Matemática: um inventário. **Revista Qualitativa**. São Paulo, ano 2, n.1, 2006.
- GARNICA, A. V. M.; FERNANDES, D. N.; SILVA, H. Entre a amnésia e a vontade de nada esquecer: notas sobre regime de historicidade e história oral. **Bolema**, Rio Claro (SP), v. 25, n. 41, p. 213-250. 2011.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Tradução: Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.
- JORNAL do Comércio de Pernambuco, de 02 de junho de 1959a.
- JORNAL do Comércio de Pernambuco, de 03 de junho de 1959b.
- JORNAL Diário de Pernambuco, de 18 de julho de 1962a.
- JORNAL Diário de Pernambuco, de 23 de setembro de 1962b.
- JOSSO, M.-C. **Experiências de vida e formação**. Tradução: José Claudino e Júlia Ferreira. São Paulo: Cortez, 2004.
- LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A Construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Trad. Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- LE GOFF, J. **História e Memória**. Trad. Irene Ferreira et al. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- NASCIMENTO, G. R.. **Fernando de Noronha e os ventos da Guerra Fria: a relação entre o Brasil e estados Unidos nos anos de JK**. 2009. Dissertação (Mestrado. História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.
- SAVIANI, D. **Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política**. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

SILVA, M. B. L. **Fernando de Noronha**: cinco séculos de história. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2013.